

A ELITE BAIANA FACE OS MOVIMENTOS SOCIAIS, BAHIA: 1824-1840 (*).

JOÃO JOSÉ REIS

do Curso de pós-graduação da Universidade de
Minnesota (USA).

O TEMA E SUA ABORDAGEM.

O processo de desligamento do Brasil em relação à metrópole portuguesa tem sido estudado, sobretudo, da perspectiva que vê na elite nativa o único grupo social que contribuiu para a dinâmica desse processo. Porém, se é essa elite quem vai, finalmente, dirigir o afastamento político entre o Brasil e Portugal, as contradições metrópole-colônia, que se intensificaram em fins do século dezoito e início do dezanove, esconderam sob sua carapaça ideologias e estratégias políticas divergentes. Estas, muitas vezes foram, por sua vez, de encontro com os interesses dos grandes proprietários e comerciantes que constituíam a elite colonial nativa. Frequentemente, nos movimentos nordestinos que antecederam a independência de 1822-1823, tendências mais radicais — que entre outras coisas incluíam em seus programas a eliminação do trabalho escravo — coexistiram lado a lado com tendências conservadoras, estas sempre se firmando ante as primeiras. Em 1798 na Bahia, por exemplo, na organização da chamada “Revolução dos Alfaiates”, é sabida a existência de duas correntes, uma endossada por membros insatisfeitos da elite, os quais não contestavam as bases do *statu quo* da colônia, mas apenas os mecanismos que privilegiavam os metropolitanos; e uma outra corrente formada pelos elementos mais

(*). — Este trabalho foi parcialmente apresentado numa comunicação ao Congresso Internacional de Americanistas, México 1974. Quero também registrar meus agradecimentos à Profa. Katia M. de Queirós Mattoso que dedicou parte de seu precioso tempo à leitura e discussão deste trabalho.

humildes que programavam a abolição da escravidão (1). Na insurreição de 1817, o mesmo fenômeno se verifica, com muito maior riqueza de aspectos graças à extensão do movimento, o qual envolveu quase todo o Nordeste, tendo Pernambuco como principal centro irradiador. As tendências de 1817 foram criteriosamente estudadas por Carlos Guilherme Mota que demonstra as situações da mentalidade social daqueles que se encontravam imersos naquele ambiente rebelde de luta anti-colonial; procura mostrar o autor que ao lado da mera luta descolonizadora uma tensão se evidencia *no interior* da própria sociedade colonial, tensão que opunha os proprietários aos não proprietários (2).

Essas tensões sociais internas — existentes no seio da própria elite, que não deve ser vista como um bloco monolítico — não poderiam, evidentemente, ser eliminadas por um movimento que não creditou ao recém formado estado independente nenhuma mudança fundamental em suas estruturas (3). A herança sócio-econômica é mantida em seus fundamentos básicos; apenas a administração da ex-colônia mudara de mãos. Ao mesmo tempo a Inglaterra reafirma sua hegemonia sobre o Brasil, situação essa que constituía mais um legado deixado pela antiga metrópole. Até mesmo os comerciantes portugueses, de uma certa forma líderes da reação colonialista, e principal alvo de críticas por parte da elite emancipadora, mesmo estes, mantiveram, a *grosso modo*, suas antigas posições de agentes comerciais. Neste caso, como veremos, se enquadra a Bahia.

O processo da descolonização portuguesa teve na Bahia um desdobramento que o particulariza. Este se evidencia por uma guerra que durou mais de um ano, a qual chegou a registrar cerca de 14.000 homens em armas só do lado brasileiro (4) e que, enfim, parece ter imprimido certas características próprias nos movimentos sociais pós-in-

(1). — Veja-se Katia M. de Queirós Mattoso, *Sociedade e Conjuntura na Bahia na Época da Revolução dos Alfaiates* (Salvador, 1974, mimeografado) e também Luis Henrique Dias Tavares, *Introdução ao Estudo das Idéias do Movimento Revolucionário de 1798*, Bahia, Progresso Editora, 1959, p. 64 e 65.

(2). — Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

(3). — É grande a bibliografia para o processo de Independência (ver Giselda Mota, "Historiografia. Bibliografia. Documentos", in *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 377-464). É especialmente inovador o enfoque de Emília Viotti da Costa, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo DIFEL, 1968, pp. 75-139. Para uma visão de conjunto da América Latina, inclusive o Brasil, veja-se Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *The Colonial Heritage of Latin America: Essays on Economic Dependence in Perspective*, New York, Oxford University Press, 1970, onde os autores delinham a manutenção das estruturas econômicas básicas da América Latina colonial, após a descolonização política.

(4). — Braz do Amaral, *História da Independência na Bahia*, Salvador, Progresso Editora, 1957, p. 449 e 450.

dependência. Entre outras, uma dessas características fora a profunda lusofobia que, muitas vezes, nos tenta a comparar com as manifestações antisemitas na Europa, guardadas as devidas proporções (5). Isto porque, o expediente do “bode expiatório”, com o ódio pelo elemento estrangeiro funcionando como válvula de escape das tensões sociais internas, parece ter sido manobrado habilmente pela elite do poder que se instala no Brasil depois de 1822-23. Tal mecanismo tinha, porém, seus perigos. Esse expediente nem sempre funcionava a contento, sobretudo onde um grande número de elementos da elite agrária dependia desses estrangeiros para o financiamento e comercialização de sua lavoura, além de serem os principais fornecedores de mão-de-obra escrava. Esse seria o caso da Bahia. Assim, o anti-lusitanismo que a princípio teve importante papel para a formação de uma opinião pública anti-colonial — escondendo os reais interesses de tantos miseráveis que atacavam portugueses porque eram portugueses, fossem ricos ou pobres —, esse anti-lusitanismo, repetimos, com a estabilização do novo *status* do Brasil no elenco das nações, perde sua razão de ser, principalmente pelos apertados laços econômicos existentes entre os novos dirigentes e os antigos capitalistas lusos.

Além do mais — e aqui estava, da perspectiva da elite, o maior perigo do movimento anti-lusitano pós 1823 —, no escuro campo da ira popular contra o elemento português, começou a se esclarecer uma série de interesses próprios, embora imediatistas, dos rebeldes. Parte de um ambiente que se caracterizava por grande confusão ideológica, esse esboço de independência popular ameaçava o anti-lusitanismo de elite. Não se tratava mais apenas de uma luta entre “patriotas” e “marotos”, mas sim pobres *versus* ricos. A batalha pela sobrevivência, por uma porção de farinha, por um emprego, numa época de crise econômica em que altos preços e baixos salários se combinam com a escassez de produtos de primeira necessidade, levou, pouco a pouco, os mais pobres a se cobrirem com bandeiras como a “República” ou a “Federação”. Sobre tais fórmulas políticas não tinham, aparentemente, nenhuma noção exata, a não ser aquela percepção de concretude apenas reivindicatória que clamava contra a falta de pão e o abuso da opressão.

Na verdade, o aspecto anti-luso desses movimentos é seu lado anacrônico, camuflador talvez, da sua real natureza. E, só adquire dimensão própria no contexto lusópho, na medida em que entendermos que grande parte do comércio varejista baiano, àquela época, estava nas mãos de comerciantes portugueses.

(5). — Falamos aqui apenas dos mecanismos gerais implícitos na perseguição de minorias. Evidentemente o anti-semitismo tem dimensões muito maiores. Por exemplo, o anti-lusitanismo nunca chegou a criar organizações especializadas na caça ao português, como ocorreu por toda a Europa em relação ao elemento judeu.

Por tudo isso, o simplesmente anti-luso muitas vezes vai desaparecer quase por completo de nossa abordagem, no momento e na medida em que desaparece dos anseios populares que começavam a “desvirtuar” o movimento, imprimindo diretrizes mais radicais.

Também a cronologia (1824-1840), não esgota o processo que buscamos entender. Escolhemos dois marcos importantes da vida nacional e provincial: o primeiro ano da Bahia independente e o Golpe da Maioridade. Trata-se de um interregno pontilhado de inquietações sociais na Bahia, como de resto em todo o Brasil. Mas, enquanto no resto do país a “pacificação” só ocorre por volta de 1850, na Bahia o último e maior movimento desta fase se verifica em 1837-1838. A Sabinada na Bahia encerra um ciclo de revoltas que, a partir daí se interiorizam geograficamente, afastando-se do Recôncavo e da capital e se instalando no interior, principalmente nos sertões, sob a forma de brigas entre famílias.

Assim, deve ficar claro que, ao tomarmos as manifestações anti-portuguesas e a periodização proposta como ponto de partida, não pretendemos senão colocar o processo estudado numa perspectiva que nos capacite entender o que está por trás do apenas anti-luso e o que está além desse período agitado da vida nacional. E por trás da polarização Brasil-Portugal está, como tentaremos discutir neste trabalho, toda a crise conjuntural de uma economia colonial, refletida em suas estruturas arcaicas. As inquietações sociais, que se intensificaram durante o período das regências (1831-1840), colocando em dúvida a própria unidade da ex-colônia portuguesa, comprovam esta tensão na estrutura da sociedade, que atinge e convulsiona o ambiente do trabalho — a escravaria e as camadas livres pobres —, o qual se resente e se manifesta. Por outro lado, em íntima conexão com a crise estão, para além da descolonização portuguesa, novas formas de dependência que são reafirmadas em torno da Inglaterra. Uma dependência que, talvez tenha sido um fator fundamental para o desligamento do Brasil sem secessões, com um mercado integrado de grande proveito para os capitalistas britânicos.

Um outro problema com que deparamos nessa abordagem se refere àquilo que chamamos de *carater popular* nos movimentos anti-portugueses. Isto porque essa expressão soa por demais atual para ser aceita para aquela época, onde a estratificação social é ainda muito pouco conhecida e por isso limita a nossa percepção dos verdadeiros componentes deste ou daquele movimento social. Categorias denominadas à época como “povo”, “nobreza”, “clero”, ainda não foram objeto de um estudo que esclareça as fronteiras sociais entre esses grupos. Além do mais, tratam-se de denominações que variam ao sabor de quem as utiliza. A categoria “povo”, por exemplo, ora apa-

rece como referência à camada mais pobre da população livre, ora inclui os libertos, ora refere-se à população global com exceção dos escravos. Neste último caso, ao lado da palavra “povo” geralmente encontramos outras categorias classificatórias, como por exemplo: “povo nobre” e “povo mecânico”.

Na sociedade industrial, a estratificação da sociedade em classes delimita com maior precisão os componentes das manifestações sociais. Mas, este não é o caso da sociedade baiana na primeira metade dos oitocentos, onde as delimitações inter-grupais formam um tema praticamente virgem. Assim, esquemas do tipo “luta de classes” devem ser, a nosso ver, eliminados por sua falta de operacionalidade conceitual em relação ao objeto de nosso estudo. Isto porque é discutível poder estruturar-se a sociedade em classes sociais — estratificação inerente ao capitalismo industrial, montado sobre o trabalho assalariado — numa estrutura em que predomina a atividade agrária baseada no trabalho escravo. Pelo menos no capitalismo “clássico”, europeu, o que define o trabalhador é sua não posse dos meios de produção e a consequente necessidade de vender sua força de trabalho — sua mais cara propriedade — ao capitalista. O proletário é dono de sua força de trabalho e a vende ao burguês que dele extrai a mais-valia sob a forma de lucro. Esse é, a *grosso modo*, o esquema da sociedade capitalista moderna, da Inglaterra do século XIX, por exemplo. Como subsistema do capitalismo internacional da época, como a periferia desse sistema maior, o Brasil não pode ser analisado com os mesmos esquemas de abordagem dos centros hegemônicos. No sistema escravista, não só a força de trabalho do escravo pertence ao senhor, mas também o próprio escravo. Mesmo assim, a estrutura escravista no Brasil é muito mais complexa do que essa relação básica entre senhor-proprietário e escravo-propriedade e, com a formação de uma massa de cor liberta, essa estrutura se torna ainda mais complexa. Aqui na Bahia, por exemplo, o escravo aparece, frequentemente, como proprietário de bens entre os quais se incluíam, às vezes, outros escravos — um escravo sendo escravo de outro escravo —, situação esta que singulariza o Brasil escravocrata em relação a outras sociedades onde ocorreu a utilização da mão-de-obra escrava negra. Este fenômeno nos é demonstrado claramente pelas Cartas de Alforrias, centenas delas adquiridas por escravos que as pagavam dando outros escravos em troca (6). Isto significa que, de uma forma ou de outra, o escravo

(6). — Ver a respeito Kátia M. de Queirós Mattoso, “A Propósito de Cartas de Alforria, Bahia 1779-1850”, in ANAIS DE HISTÓRIA da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, nº 4, 1972, pp. 23-52; “Subsídios Para o Estudo da Rentabilidade da Mão-de-Obra Escrava, Bahia 1819-1888”, Salvador, mimeografado, 1974; e também “A Carta de Alforria Como Fonte Complementar Para o Estudo da Rentabilidade da Mão-de-Obra Es-

tinha algum nível de remuneração e participava de alguma maneira no mercado colonial não apenas como mercadoria, mas também como consumidor. Temos assim uma sociedade que parece ser o resultado do cruzamento de diversos modos de produção.

Enfim, a problemática acima colocada — envolvendo a estrutura da sociedade onde ocorrem os movimentos sociais que abordaremos —, por enquanto só terá uma conclusão provisória, pois não tentaremos aqui levantar nenhuma proposta a respeito da estratificação baiana àquela época. Essa estratificação, evidentemente, se esconde atrás das nossas inquietações sociais, uma vez que estas nada mais são do que a manifestação de oposições inter-grupais. Parece indiscutível a contribuição que a análise desses movimentos pode dar para o estudo da estratificação social da época. Tal análise poderá oferecer pistas inestimáveis em relação à ideologia deste ou daquele grupo social e assim tecer a teia dos interesses que distinguiam um grupo de outro. A idéia que um grupo tem sobre si próprio, sobre quem deve dele participar, seus interesses, funções e objetivos, ao lado do que acredita serem os participantes, os interesses, funções e objetivos de outros grupos, é um elemento fundamental para a disposição dos diversos segmentos sociais na estrutura da sociedade.

O método que usamos para tentar detectar os componentes dos movimentos sociais estudados, não possibilita, é claro, a definição das várias camadas daquela sociedade e, não colocamos como objetivo esta tarefa. Acreditamos, contudo, que o vocabulário social encontrado ao longo dos vários documentos do período nos permite delimitar, aproximativamente, a origem social das pessoas participantes daquelas inquietações, ao mesmo tempo em que o tipo de reivindicações e atitudes dos rebeldes permitem captar a radicalização ou estabilização dos objetivos desses movimentos. Referências que os zeladores da ordem fazem à “populaça”, à “infima plebe”, à “classe menos favorecida”, etc., nos permite realizar parte da tarefa que por ora pretendemos.

Não só as camadas livres e libertas da população serão objeto de nosso inquérito. Os escravos não podem deixar de entrar em qualquer abordagem que se faça dos movimentos sociais daquele período, pois eles são sempre componentes — ativos ou passíveis de se-lo — daqueles instantes críticos do Império. Qualquer abordagem que se pretenda

crava Urbana, Bahia, 1819-1888”, Salvador, mimeografado, 1974. Estes dois últimos trabalhos farão parte de um volume sobre história econômica do Brasil, a ser publicado sob a direção de Micea Buesco. Ver também Stuart B. Schwartz, “Manumission in Colonial Bahia: The Cartas de Alforria, 1680-1750”, in *HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW*, vol. 54, nº 4, 1974, pp. 603-635.

fazer da sociedade da época será de antemão falha se não for computada a estrutura de trabalho, a qual se encontra ainda muito pouco estudada pelos historiadores na Bahia e mesmo no Nordeste como um todo (7). Também pouco estudadas estão as relações entre a escravaria e as camadas pobres livres.

Por outro lado, o movimento rebelde negro, apesar de suas características bem localizadas — o escravo tratando de se libertar da potência imediata de senhores e feitores, formando quilombos locais e não objetivando transformar a sociedade num imenso quilombo — muitas vezes se confundia com os movimentos do elemento livre, principalmente dos libertos. E, embora a elite, em função de seu medo, agigante a presença dos escravos nos projetos rebeldes urbanos, não resta dúvidas de que tal presença tende a se verificar, sobretudo no nível de relações entre libertos e escravos, como o demonstra a chamada “Revolta dos Malês”, em 1835.

* *
*

AS REVOLTAS: UMA CRONOLOGIA.

“... húa falta de confiança que parece haver sobre a estabilidade das cousas.” Luis dos Santos Lima, presidente interino da província da Bahia (8 de junho de 1831).

Embora não se pretenda aqui nenhuma abordagem linear, meramente cronológica e factual, daremos a seguir uma cronologia esquemática para facilitar a localização, no tempo e no espaço, dos movimentos sociais baianos nesse período. A escassez de trabalhos sobre o tema justifica plenamente essa cronologia, a qual não está completa, pois os movimentos abaixo referidos dizem respeito apenas àqueles ocorridos em Salvador e no Recôncavo baiano. Ademais, acreditamos que, mesmo os movimentos localizados nessa área, ainda não foram exaustivamente levantados. Estes são os que até agora catalogamos:

1824: Revolta do 3º Batalhão de 1ª Linha, o batalhão dos “Piquitos”, com o assassinato do Comandante das Armas, Felisberto Gomes Caldeira (25 de outubro a 3 de dezembro).

(7). — Veja-se para o escravo no sul do Brasil, Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, DIFEL, 1966; Octávio Ianni, *Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*, São Paulo DIFEL, 1962; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, DIFEL, 1962.

- 1825: Fuzilamento do Sargento-Mor Sátiro da Cunha, acusado de participar no motim que resultou na morte do Comandante das Armas (15 de janeiro).
Fuzilamento do Tenente do Batalhão dos Pitangas, Gaspar Vilas Boas, por participação no motim dos "Periquitos" (22 de março).
- 1826: Revolta de escravos no Cabula, periferia de Salvador, com prisão do "Rei dos Negros" e morte da "Rainha" que se recusou a render-se (25 de agosto).
Outro levante de escravos na estrada do Cabula (10 de dezembro). Ajuntamento de escravos nas imediações de Pirajá, num lugar denominado Orubú. Houve combate com a tropa, estando os escravos armados de foices e facões (17 de dezembro).
- 1827: Revolta de escravos no Cabula e em Armação, termos de Salvador, com saldo de 8 mortos (11/12 de março).
Revolta dos escravos do rico proprietário Pedro Rodrigues Bandeira, em Cachoeira, ocasião em que os escravos mataram o feitor e um seu irmão (22 de março) (8).
- 1828: O presidente da província menciona que neste ano ocorreram três rompimentos da escravaria, sendo o último em dezembro (9).
O presidente, Visconde de Camamú, elabora um plano de repressão aos levantes de escravos, no qual deveriam participar cerca de 700 homens efetivamente armados (novembro/dezembro de 28) (10).

(8). — Arquivo do Estado da Bahia (daqui por diante referido AEBa), Presidência da Província (daqui por diante referido PP), *Governo*, Câmara de Cachoeira (1824-1835), maço 1269. A reconstituição dos levantes de escravos estão baseados, quando não houver indicação contrária, nos seguintes trabalhos: José Carlos Ferreira, "As Insurreições dos Africanos na Bahia" in *REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA* (RIGHB), ano X, vol. X, n^o 29, pp. 95-119, Salvador, 1903; A. Caldas Brito, "Levantes de Pretos na Bahia", in *idem*; pp. 69-94; "Chronica dos Acontecimentos da Bahia, 1802-1828", in *ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA* (AAEBa), vol. XXVI, Salvador, 1938, pp. 47-95.

(9). — AEBa, PP, *Correspondência para o Governo Imperial* (daqui por diante referida CGI), Ofício do Presidente Visconde de Camamú para o Ministério do Império em 17/12/1828, vol. n^o 678 da CGI, folha 32v. As referências bibliográficas desses movimentos serão feitas apenas para os poucos conhecidos.

(10). — *Idem*, fol. 33. Ver também AEBa, PP, *Correspondência Expedida*, vol. n^o 6, fol. 164.

- 1829: Revolta dos escravos de três engenhos do coronel José Maria de Pina e Mello, em Cotegipe, com três mortes e incêndio de um dos engenhos (26 de outubro).
Outra sublevação escrava no Recôncavo, em novembro. Em fins deste ano os proprietários do Recôncavo fazem uma representação ao presidente, pedindo o envio de destacamentos militares para aquela região, com o objetivo de reprimir as constantes revoltas da escravaria.
- 1830: Assassinato do Visconde de Camamu, presidente da província da Bahia (28 de fevereiro).
Dezeito a vinte negros invadem e saqueiam lojas no centro da cidade, se dirigindo em seguida para um armazem de negros novos, onde se lhes ajuntam mais de cem. Vai ao encalço deles um grupo de 60 praças. Houve luta, sendo capturados 41 negros e mortos 50 (1º de abril).
- 1831: Revolta a bordo da charrua *Carioca*, com luta entre marinheiros e oficiais (31 de janeiro).
Distúrbios anti-lusitanos em Salvador (março).
Distúrbios anti-lusitanos por ocasião da chegada de notícias relatando os acontecimentos de 13 de março na Corte do Rio de Janeiro ("Noite das Garrafadas"), tendo esse movimento, na vanguarda, parte da tropa de 1ª Linha; reivindicava-se a demissão do Comandante das Armas, o Marechal Callado, e do comandante dos corpos militares (4 de abril).
As inquietações atingem o Recôncavo, principalmente Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe (a partir de 6 de abril).
Depois do assassinato de um comerciante brasileiro, seguem-se assassinatos de vários portugueses e o saque de suas propriedades (13 de abril).
Os escravos de Pedro Rodrigues Bandeira ameaçam romper de novo, o que coloca Cachoeira em sobressalto (23 de abril).
Prisão de Cipriano Barata, João Primo, Barão de Itaparica e outros, acusados de crimes contra a ordem pública, inclusive a tentativa de subverter os escravos prometendo-lhes liberdade (28 de abril).
Revolta do Batalhão nº 20 do Piauí, estacionado em Salvador, com adesão do Batalhão de Artilharia de Linha sediado no Forte de São Pedro (12/16 de maio).
Revolta do Corpo de Artilharia do Forte de São Pedro, com assalto do Trem Militar nos Aflitos; exige-se a demis-

são do Comandante das Armas e se reclamava contra a vida interna da caserna: as revistas, o rancho e o uso dos pescocilhos de sola (31 de agosto).

Primeira revolta federalista, iniciada pelo Batalhão nº 18, com grande participação de populares vindos do bairro de Santo Antônio do Alem Carmo (28 de outubro).

1832: Segunda revolta federalista, em São Felix, com a participação de diversos fugitivos procurados por haverem participado da primeira revolta em outubro de 31; dirigia o rompimento o Juiz de Paz de São Felix e vereador da Câmara de Cachoeira, Capitão Bernardo Miguel Guanais Mineiro (19 a 24 de fevereiro).

1833: Prisão de cinco suspeitos de sedição, tentativa de aliciamento rebelde do Corpo de Artilharia, tentativa de arrombamento da prisão do hospital, intensa propaganda federalista (janeiro).

Populares atacam o quartel da Companhia de Cavalaria dos Municipais Permanentes, em Água de Meninos, e ocorrem ajuntamentos "suspeitos" de pessoas em São Caetano e Mangueiras, nos limites da cidade; do ataque resultam o ferimento grave de um soldado e a prisão de um homem negro e outro pardo, sendo que um deles já se envolvera na revolta de São Felix (8/9 de março).

Terceira revolta federalista, partida de um motim penitenciário entre presos políticos na Fortaleza do Mar; houve bombardeio da cidade durante três dias por parte dos rebeldes do forte e, no interior de Salvador se verificaram escaramuças entre populares e soldados, prisões e invasões de domicílio pela soldadesca (26/29 de abril).

1834: Revolta dos Índios de Pedra Branca, vilarejo pertencente à comarca de Cachoeira, onde cerca de 300 índios se rebelaram contra a ocupação de suas terras pelos lavradores locais.

1835: A "Revolução dos Malês", com a participação de escravos e libertos africanos que atacaram vários quartéis e rondas de soldados em diversos pontos da cidade, morrendo durante a luta e repressão mais de 40 negros rebeldes e cerca de 6 soldados (*sic*) (24/25 de janeiro).

1836: A "Cemiterada": distúrbios populares contra a criação de um cemitério na cidade, cujos proprietários teriam o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos, tirando das Irmandades o direito secular de fazer sepultamentos em seus cemitérios particulares e jazigos de igrejas (25 de outubro).

1837/1838: A Sabinada, maior de todas as insurreições do período, quando os rebeldes dominam a cidade de Salvador, obrigando o governo legalista a fugir para o Recôncavo e posteriormente se instalar na ilha de Itaparica, enquanto durou a luta (7 de novembro de 37 a 16 de março de 38).

* * *

*

A ECONOMIA BAIANA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

“... a fome não tem lei...” Presidente Joaquim Vasconcelos (15 de janeiro de 1834).

A economia baiana nas vésperas da independência encerra uma fase de prosperidade que se iniciou por volta de 1787 e entrou pelas duas primeiras décadas do século XIX (11). Uma série de fatores de ordem externa e interna contribuiu para aquele florescimento que teve à sua frente, principalmente, as culturas da cana, do tabaco e do algodão, todos produtos de exportação em íntima vinculação com as oscilações do mercado internacional. A desagregação da produção açucareira em São Domingos, a expansão da indústria têxtil na Europa, a intensificação do tráfico de escravos, a transferência da corte real portuguesa para o Brasil e conseqüente liberalização do comércio colonial, por fim, uma conjuntura econômica internacional em fase de prosperidade, foram alguns dos mais importantes fatores que, ao longo desses anos, estimularam a economia baiana. A fase que se segue, sobretudo as duas décadas logo após a independência de vinte dois, seria uma fase de profunda depressão econômica, verificável não apenas através das anônimas curvas de preços e salários, mas detectáveis nas inquietações das próprias pessoas envolvidas nesse processo.

Segundo demonstram as análises de Kátia Mattoso (12) sobre os preços na Bahia dessa época, o ponto mais alto do índice de preços

(11). — Kátia M. de Queirós Mattoso sugere as seguintes fases para a economia baiana entre 1761 e 1860:

1761-1770	fase b (depressão)
1771-1786	fase de recuperação
1787-1821	fase a (prosperidade)
1822-1842/45	fase b (depressão)
1842/45-1860	fase de recuperação.

Cf. *Les Esclaves de Bahia au Début du XIXe Siècle* (datilografado), e também da mesma autora “Os Preços na Bahia de 1750 a 1930” in *Colloques Internationaux du Centre Nationale de la Recherche Scientifique*, nº 543 — *L'Histoire Quantitative du Brésil*, Paris, 1971, p. 181.

(12). — Além dos trabalhos já citados, ver também “Sociedade e Conjuntura na Bahia nos Anos de Luta pela Independência (1822-1823)”, in

em geral se verifica no ano de maior intensidade da guerra de independência, em 1823. Embora logo no ano seguinte esse ponto regrida para quase o nível de 1822, ele nunca alcançaria a tendência que caracterizou os dois primeiros decênios do século. Entre 1823 e 1830, o ponto mais baixo do índice de preços se verifica em 1827, logo seguido de uma tendência altista até 1830.

Por outro lado, ao se comparar as curvas de preços com as do salário de um operário típico — o oficial de pedreiro — verifica-se que não há uma relação sincrônica entre as tendências à alta de preços e de salários; isto é, embora os salários tendam a aumentar, não aumentam com o mesmo ritmo dos preços de dois produtos de primeira necessidade tomados como modelo: a carne verde e a farinha de mandioca (13).

*

Percepção da Elite I.

Sem dúvida alguma é a farinha de mandioca que melhor diagnostica a penúria desses anos. O consumo desse produto, herança da cultura indígena, desde os primórdios da era colonial já se constituira em presença obrigatória quer nas casas grandes, quer nas senzalas, quer nos sobrados ou nas casinhas de taipa. Seu consumo era generalizado, como aliás, ainda o é no Brasil de hoje. Mas, a farinha de mandioca sempre foi e é, sobretudo, o produto básico da alimentação das camadas mais humildes da população.

Embora tenha sido a principal cultura de subsistência no Nordeste, a avidez da monocultura de exportação por terras, capitais e braços sempre manteve a mandioca num nível de produção baixíssimo, nível que diminuía ainda mais nas épocas favoráveis à agricultura comercial (14). Aumentava mais ainda a escassez desse alimento as secas pe-

Revista UNIVERSITAS da Universidade Federal da Bahia (no prelo). O texto que usamos se encontra datilografado e, juntamente com outros, nos foi gentilmente cedidos pela autora.

(13). — Infelizmente, para a fase mais rica em agitações sociais — entre 1830 e 1840 —, existe uma lacuna nos documentos seriados utilizados no levantamento estatístico dos preços e salários. Todavia, a nossa documentação “qualitativa” deixa transparecer que este período equivale ao momento de maior intensidade dessa fase depressiva, intensidade refletida na própria multiplicação das inquietações sociais e por estas sustentadas.

(14). — Ver de Gilberto Freyre, *Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 3a. Edição, 1961, especialmente o capítulo intitulado “A Cana e a Terra”; em *Casa-Grande e Senzala*, Recife, Imprensa Oficial, 1966, o autor documenta que na Bahia “de 1788 em diante mandaram os governadores da capitania incluir nas datas de terras a cláusulas de que ficava o proprietário obrigado a plantar mil covas de mandioca por cada escravo que

riódicas que assolam o Nordeste e que, neste momento que estudamos, foram particularmente duras (15). A todos estes problemas devemos acrescentar o da presença constante do atravessador, sempre fazendo especulações vantajosas, principalmente nas épocas mais críticas.

Em fins do ano da revolta do Forte do Mar (1833), por exemplo, o presidente da província pede à Corte que faça enviar para a Bahia farinha de mandioca devido ao estado de fome a que estava reduzido o povo da província por causa da

seca, que destruiu parte das plantações, e o consumo das trez proximas provincias do Norte, que tem atrahido as Embarcações do sul, que costumavão fornecer de farinha esta cidade (16).

Tambem o Recôncavo sofria na cadência da crise nordestina. Em março de 1834

— “tendo chegado ao último excesso o preço da farinha (...) não podendo por isso a *classe menos abastada* deixar de sofrer fome, da qual já tem resultado a morte de algumas pessoas” —,

a Câmara Municipal de Cachoeira fez ao presidente o mesmo pedido que este fizera à Corte:

“mandar huma embarcação com bastante farinha para ser vendida pelo mesmo preço, que corre nessa cidade em retalho ao público (17)”.

possuise empregado na cultura da terra' ” (p. 40); sobre a mandioca ver ainda de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, São Paulo, Editora Brasiliense, 8.a Edição, 1965, sobretudo capítulo intitulado “Agricultura de Subsistência”, onde à p. 158 ele se refere à cáusula acima mencionada por Freyre.

(15). — Outros fatores para a escassez da farinha são apresentados por Mattoso: a longitude das fontes fornecedoras, as dificuldades de transporte, o consumo feito pelos inúmeros comboios que passavam pelo porto de Salvador, as chuvas que se seguiam às secas.

(16). — AEBa, PP, CGI, vol. nº 681, fol. 41.

(17). — AEBa, PP, *Câmara de Cachoeira, 1824-1835*, maço nº 1269 (grifo nosso). A escassez não se restringia apenas à farinha, como prova a seguinte “Postura”:

Postura nº 25

Que nenhuma pessoa possa nesta Villa, e seo termo atraveçar farinha, milho, e feijão, e todo o mais genero que serve de abastança para revender ao pôvo, pena de oito dias de prizão, e trinta mil reis de condenação pela primeira vez, a qual sera

Lembramos que neste mesmo ano ocorreria o levante dos índios de Pedra Branca, na Comarca de Cachoeira, os quais viviam na mais desgraçada penúria, segundo o relato do próprio chefe da campanha de repressão (18).

São os próprios dirigentes da província que, em diversas ocasiões, percebem a natureza explosiva do aumento geral dos preços, como José Pinheiro de Vasconcellos quando fala do

“descontentamento no povo pelo excessivo preço dos gêneros, principalmente os de primeira necessidade” (19).

Ora, tal panorama crítico mostra que, subjacente aos movimentos sociais, existia toda uma série de condicionamentos conjunturais que afligiam a vida das camadas menos abastadas da população, incentivando a atitude rebelde, pois, como percebeu Vasconcellos,

“a fome não tem lei” (20).

*

Percepção da Elite II.

Aos motivos identificados ao longo de uma tendência secular — já apontados com o exemplo da mandioca —, que condicionaram a alta de preços, vem se juntar neste período o derrame de moedas de cobre falsas. Estas, talvez constituam a variável que maior pressão exerceu sobre a população, quer do ponto de vista do mercado em si, quer do ponto de vista psicológico.

Essa emissão de moedas falsas provocou uma inflação de grandes proporções que durou cerca de três décadas (1823-1853), desafiando a política de saneamento tanto do governo provincial como da Corte.

As origens da inflação parece remontar ao período da guerra de independência, quando o Governo Provisório, para fazer frente às despesas de guerra, fez cunhar grande quantidade de moedas de cobre de 80 réis com peso aviltado, aumentando de maneira prodigiosa o

aggravada no caso de reincidência, e somente terá lugar a seguinte Postura durante a falta, e carestia de semelhantes gêneros.

Cachoeira e Passos da Camara Municipal em sessão de 29 de outubro de 1833; Documento para o Presidente da Província em 8 de abril de 1854, *Câmara de Cachoeira*, maço nº 1269.

(18). — AEBa, PP, Judiciário, *Revolta dos Índios de Pedra Branca* — 1834.

(19). — Offício ao Ministro do Império em 8/11/1833. AEBa, PP, vol. 681, fol. 35.

(20). — Offício ao Ministro da Guerra em 15/1/1834. *Idem*, fol. 50v.

meio circulante na Bahia (21). Terminada a guerra, a inflação avança mais ainda com a retirada das tropas e a permanência das moedas postas no mercado. Além disso, a atividade dos moedeiros falsos é intensa, apesar da pena de morte instituída para o crime de falsificação.

Encerriamos dezenas de páginas se fôssemos catalogar as queixas que as câmaras municipais, os diversos presidentes de província, os juizes de paz — estes últimos diretamente responsáveis pela manutenção da ordem pública —, todos fazem, pedindo medidas saneadoras urgentes. Os presidentes da província neste período estavam cotidianamente instando junto ao governo imperial para que o “braço nacional” intervesse na crise. São dignas de nota certas reflexões feitas pelos governantes, reflexões que, tendo como pano de fundo o problema das moedas falsas, desnudam a real face que tal problema adquiria na perspectiva da elite do poder. Nesse sentido é que, se os zeladores da ordem viam no saneamento inflacionário uma medida útil para a eliminação da “anarquia”, ao mesmo tempo colocavam esta anarquia como foco de perigo para a propriedade das camadas mais abastadas. Esta idéia é constante nas formulações relativas à crise. Para o Poder, a crise das moedas falsas na Bahia.

“além de ameaçar a fortuna de todos os seus habitantes, oferece a funestíssima perspectiva da quebra da publica tranquillidade, se o mal não tiver pronto e radical remedio” (22).

Essa idéia fica, porem, mais clara quando, por ocasião do resgate da moeda falsa, em 1828, o presidente se queixava da

“reprehensivel avidéz de alguns capitalistas”

que só queriam fazer um empréstico ao governo provincial na base de excessivos juros de 6 por cento. Afinal, argumentava Gordilho de Barbuda, não viam estes ávidos capitalistas que

“o fim principal (do resgate da moeda falsa) é assegurar-lhes a fortuna própria, e prevenir uma anarquia!!!” (23).

(21). — Wanderley de Pinho, “A Bahia — 1808-1856”, in Sérgio Buarque de Holanda (org.), HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, Tomo II, vol. 2º, *O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade*, São Paulo, DIFEL, 3a. Ed., p. 286.

(22). — José Egidio Gordilho de Barbuda para o Ministério do Império em 22/10/1827. AEBa, PP, CGI, vol. 677, fol. 96.

(23). — Ofício ao Ministério da Fazenda em 31/1/1828. *Idem*, fol. 130v.

Assim, se evidencia que interesses a presidência da província procurava defender.

No ano da revolta do Forte do Mar (1833), o presidente da província, em ofício para o Governo Imperial, afirmava que

“o clamor tem se tornado geral” e que os juizes de paz reclamavam que “lhes não era possível aplacar o desespero da classe menos abastada de pão” (24).

Pouco mais tarde o presidente denunciava essa

“classe menos abastada” de tentar “pela violencia” que o Governo da Provincia remedece esse mal” (25).

As moedas falsas geraram tamanha crise de confiança na Bahia que, num dado momento, não se dava crédito público nem mesmo às moedas legais postas em circulação pelo governo. Tinha-se o dinheiro — quando se tinha —, mas este não era aceito pelos comerciantes varregistas, como afirma a comunicação feita ao presidente da província pela Câmara de Cachoeira:

“o Bando publicado nesta Villa p^a correr o dinheiro recunhado de nada servio, porque os Negociantes, e Taberneiros se recuzão recebê-lo e em consequencia disto não o querem tambem aceitar os Roceiros, o que tem já motivado não poucas questoens, e augmentando este mal cada vez mais, de certo produzirá funestas consequencias, que podem alterar o socego publico, o qual muito convem manter” (26).

Dois anos depois desta correspondência com o presidente, a Câmara de Cachoeira publica, em 1834, uma Postura proibindo a não aceitação de moedas de 80, 40, 20 e 10 reis de peso legal, moedas divisionárias com as quais o pobre comprava o alimento diário (27).

Estando no vértice da crise, juntamente com a escassez e os altos preços dos produtos de primeira necessidade, a moeda de cobre apa-

(24). — Presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos para o Ministério da Justiça em julho de 1833. AEBa, PP, CGI, vol. 681, fol. 11-11v. Grifo nosso.

(25). — Pinheiro de Vasconcellos ao Ministro do Império em 22/9/1833. *Idem*, fol. 22v-23. Grifo nosso.

(26). — Officio da Camara de Cachoeira ao Presidente da Provincia em 19/12/1832. AEBa, PP, *Câmara de Cachoeira, 1824-1835*, maço nº 1269.

(27). — “Postura nº 28” de 8/4/1834. *Idem*.

rece como um dos problemas que os rebeldes federalistas se propõem a solucionar prometendo que o novo governo tomaria

“medidas para que continue a abundancia dos viveres e do commercio e se extinga a moeda de cobre falsa” —

é este o parágrafo sexto da proclamação federalista da revolta de São Felix, em 1832 (28). Já em 1833, na proclamação da terceira revolta federalista, a do Forte do Mar, todo o parágrafo 16º foi dedicado ao problema da moeda falsa, cuja solução se daria

“afim de vedar a falsificação e extinguir-se pesado monopólio de premios, a beneficio dos ricos e contra os pobres” (29).

Uma outra característica das fases depressivas em geral e que também se apresenta na Bahia durante todo esse período é o problema do desemprego. Este fenômeno crônico que Vilhena já denunciava em plena fase de prosperidade — fins do século dezoito (30) — parece ter alcançado grandes proporções nesses anos que sucedem à guerra. Aos mendigos cegos e aleijados herdados da colônia, aos pretos velhos abandonados por seus senhores, aos alforriados sem ofício definido, aos salteadores de estradas, vem se juntar, neste quadro, gente de ofício expelida dos arsenais militares, soldados dispensados de seus batalhões dissolvidos após a guerra, populações rurais que nas cidades se amontoavam fugindo das secas, da decadência da lavoura, dos especuladores de viveres.

Entre as contradições que nessa época opunham os governos provinciais ao governo central, está a redução dos orçamentos das províncias, expediente utilizado pela Corte para fazer frente à crise financeira do Império. As queixas contra essa atitude estão ao longo de toda a correspondência dos presidentes para o governo imperial e, por outro lado, esses cortes orçamentários foram, em diversas ocasiões, alvo das críticas dos federalistas.

As queixas contra a insuficiência do orçamento provincial, os presidentes juntavam fortes argumentos em torno da necessidade que a província da Bahia tinha de controlar suas constantes inquietações populares, as sublevações de escravos, os motins de soldados; daí não po-

(28). — O texto completo da proclamação está em Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia* (anotadas por Braz do Amaral), Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1933, vol. IV, pp. 354-356.

(29). — *Idem*, p. 370. Grifo nosso.

(30). — Luis dos Santos Vilhena, *A Bahia no Século XVIII*, Salvador, Editora Itapuã, 1969, vol. I, pp. 133-134 e pp. 137-140.

der esta província prescindir de um orçamento militar polpudo. Este era reivindicado em dois níveis: primeiramente, sem tropas e armas não se poderia conter as “revoluções”; segundo, a diminuição das despesas com os arsenais militares implicava na dispensa dos operários civis ali empregados, os quais iriam engrossar as fileiras dos “desocupados”. Tudo parece indicar que, neste período que abordamos, o setor público era um importante empregador da mão-de-obra urbana, daí o desequilíbrio que resultava da diminuição das despesas neste setor.

Para os presidentes, a contenção de despesas, ao implicar na redução das tropas, diminuía o poder de fogo da “contra-revolução” e, por outro lado, criava condições favoráveis à existência de revoltas ao estimular o desemprego. Dentro dessa lógica se enquadrava o pensamento dos dirigentes políticos da província, como Barros Paim que em junho de 1831 oficia à Regência, a respeito da necessidade de serem reabsorvidos os jornaleiros dispensados do arsenal da marinha, necessidade devida às

“circunstancias extraordinárias que tem ocorrido, sobre cujo objeto hé necessario olhar a fim de se manter a ordem, e tranquillidade publica...” (31).

No mesmo ano, por ocasião da expulsão dos soldados rebeldes de outubro de 31 de seus respectivos corpos militares, o presidente deixa mais clara a sua convicção em relação ao desemprego como fonte de instabilidade social:

“os maos soldados vão tendo baixa, e posto que seja perigozo o ficar toda essa gente desocupada comtudo sempre he melhor do que tel-a munida de armas...” (32).

Na perspectiva dos zeladores da ordem, a relação entre emprego e desemprego assumia, desta forma, a dimensão de uma fria lógica cujo fim era simplesmente a manutenção da “tranquilidade pública”. Nesse sentido é que, os “empregados armados” — os soldados — constituíam maior fonte de perigo do que meros “desocupados desarmados”, fórmula que nos leva a reconsiderar o sentimentalismo conciliatório que se tem visto nas elites dirigentes brasileiras, em contraposição à sua falta de pragmatismo. Pelo menos no que se relaciona aos movimentos vindos “de baixo”, a atitude da elite do poder nestes anos dão um duro golpe nesse mito.

(31). — Officio ao Ministro do Império em 6/7/1831. AEBa, PP, CGI, vol. 679, fol. 191v.

(32). — Barros Paim para o Ministério do Império em 10/9/1831. AEBa, PP, CGI, vol. 680, fol. 16v. Grifo nosso.

E, para que não se pense que essa posição diz respeito apenas ao Presidente Paim, vale a pena anotar o depoimento do Visconde do Rio Vermelho, presidente interino, em ofício ao ministro da guerra; reclamava ele da redução das despesas militares que impedia a administração colonial de levar a cabo

“obras que são necessarias até a defeza e segurança da Provincia que pela sua riqueza contribue com grande cabedal para as despezas geraes do Imperio”.

Por outro lado, aponta que a redução das despesas levava a que se despedisse muitos jornaleiros, deixando-os desempregados, os quais

“procu-ão trabalho, e por não o terem se prestarão com facilidade á desordens e comoções publicas...” (33).

Talvez mais ilustrativa ainda seja uma reflexão, do mesmo teor, do presidente Joaquim Marcelino de Brito. Depois de falar que

“nestes ultimos dias se tem espalhado alguns boatos de que *pela classe mais baixa do pôvo se pertende alterar a tranquilidade publica*”,

Brito officia ao ministro da justiça:

“... o que porem dezejo obter do Governo de S. M. I., e que muito coopera para o sucego publico he o poder empregar gente nos dous Arsenaes de Guerra e Marinha, da onde tem sido despedida em rasão das reduções mandadas fazer por ordens dos respectivos Ministerios, e sobre o que se tem competentemente representado, e V. Ex^a bem sabe o perigo que ha em taes medidas principalmente em tempos como estes (...) o respectivo Intendente (da Marinha) me representa que todos os dias lhe aparecem artistas pedindo trabalho... (34).

Neste mesmo officio, Marcelino de Brito dá conta da deportação de africanos libertos para a África, medida utilizada para aliviar as tensões sócio-raciais que, meses antes, levava à explosão dos Malês.

Não é pois gratuitamente que, em 1833, a proclamação federalista da revolta do Forte do Mar em seu parágrafo 21º afirmava:

(33). — Officio ao Ministro da Guerra em 13/8/1835. AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 113-114.

(34). — Officio ao Ministro da Justiça em 7/11/1835. *Idem*, fol. 167v. Grifo nosso.

“A Assembleia Provincial, e provisoriamente o Governo, cuidará em empregar em honesto trabalho grande numero de individuos que a tirannica Ley do orçamento lançou fora das estações em que viviam occupados...” (35).

Evoluia-se em relação à proclamação de São Felix, onde uma proposição como esta se encontrava obscuramente envolvida no desejo geral dos rebeldes de romper com os laços jurídicos que sujeitavam a província ao governo central. Sabedores da insatisfação popular em torno do desemprego, os rebeldes incorporaram esse dado ao seu programa de reformas (36).

* *
*

SITUAÇÕES E OPÇÕES DA ELITE.

...“*Le péril général où se sont trouvés les propriétaires et négociants blancs a rapproché les Brésiliens des Portugais*”.

Jacques Guinebaud, consul francês na Bahia (5 de dezembro de 1824).

Vistos alguns condicionamentos das inquietações e para tentarmos compreender melhor o temor por elas, convem esboçar ligeiramente o quadro econômico em que os proprietários estavam inseridos enquanto produtores, e suas perspectivas e comportamentos dentro da sociedade sobre a qual procuravam exercer seu controle.

Nessa fase, também os plantadores de cana, de algodão, de tabaco — produtos que continuavam a liderar a pauta de exportação —, se encontravam diante de dificuldades. Os produtores de açúcar, por exemplo, com a recuperação da produção antilhana, tiveram o mercado diminuído. Não só o reflorescimento da cana no Caribe, mas também a extração do açúcar da beterraba na Europa, prejudicou os interesses dos produtores baianos. Além do mais, viram eles o encarecimento da mão-de-obra escrava, não só pelas dificuldades do tráfico, zelosamente combatido pelos ingleses (principalmente depois da lei de 7 de novembro de 1831 que tornava o tráfico em geral ilegal), como também pelo carreamento dessa mão-de-obra para o Sul do país

(35). — ACCIOLI, *op. cit.*, p. 371.

(36). — Acreditamos que a segunda proclamação federalista, a do Forte do Mar, exprime uma radicalização do movimento, a qual se torna clara quando comparamos o seu texto com o texto da proclamação de São Felix.

que testemunhava o início da cultura do café no vale do Paraíba (37). Aliado a tudo isso estava a multiplicação dos engenhos, fenômeno que se herdara da fase de prosperidade e que talvez tenha avançado ainda mais com a decadência do fumo.

Quanto ao tabaco, usado principalmente como moeda de troca no comércio da mão-de-obra africana (38), entra em decadência na proporção em que diminui o tráfico entre a Bahia e a Costa da Mina (39). Segundo Verger, o tabaco baiano, cuja expansão se dera à sombra do comércio de escravos, se especializara num fumo de segunda categoria de boa aceitação nos portos da África. Com as várias proibições em relação ao tráfico, os plantadores de tabaco não encontraram outro mercado receptivo aos seus produtos. A Europa, único mercado disponível, já elegera para o seu consumo o fumo das Antilhas (principalmente o cubano), uma cultura que se adaptara à demanda européia produzindo tabaco de primeira qualidade.

O algodão, que teve o seu tempo áureo em fins do século XVIII, tinha a concorrência não só da produção dos Estados Unidos, mas de outros centros produtores aqui mesmo no Brasil. Estes contavam em seu favor uma maior facilidade na comercialização do produto, como o Maranhão e Pernambuco. Na Bahia o algodão era cultivado no *hinterland*, nos sertões baianos, distante mais de cem léguas do porto, o que aumentava os custos da mercadoria. Estava também sujeito às secas que frequentemente abalavam a região produtora.

As dificuldades dos produtores de culturas de exportação foram, em suas linhas gerais, percebidas pelos contemporâneos. Num ofício de 3 de agosto de 1831 para o Governo Imperial, o presidente da província, Honorato José de Barros Paim, transmite as reivindicações dos grandes produtores, que buscavam uma redução dos impostos que pagavam. Mas, além de porta-voz, Paim esboçaria um rápido quadro da situação agrária. Neste documento se constata que, apesar dos revezes, a atividade açucareira ainda é apontada como a empresa mais lucrativa. O tabaco é colocado como

“em abandono... pela pouca atração”

(37). — Sobre o trabalho escravo nos primórdios da expansão cafeeira, ver Emília Viotti da Costa, *Da Senzala...*, especialmente capítulo I.

(38). — Afirmava o Conde da Ponte em 1807: “Esta Colônia (Bahia), pela produção de fumo que lhe é própria, tem o privilégio exclusivo do comércio na Costa da Mina...” Citado por Pierre Verger, *O Fumo da Bahia e o Tráfico de Escravos do Golfo de Benin*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1966, p. 33.

(39). — VERGER, *op. cit.*, Ver também do mesmo autor a fartamente documentada obra *Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos*, Paris, Mouton, 1968.

e o algodão teria como sua maior dificuldade a distância do porto —

“a condução é bastante penosa principalmente por falta de boas estradas de que muito precisamos” (40).

Diagnóstico econômico ainda mais pessimista é o do presidente Francisco de Souza Martins em ofício de abril de 1835:

“A Agricultura creio permanecer em estado estacionario ou pelo menos fazer progressos demasiado lentos. Em alguns ramos bem como no genero do tabaco tem havido húa extraordinaria diminuição talvez em consequencia da abolição do comércio da escravatura, e de outras causas accessorias...” (41).

No mesmo ofício Souza Martins propõe barreiras alfandegárias para as manufaturas com similares produzidos no Brasil:

“... para favorecer a esses primeiros ensaios da nossa industria parece-me indispensavel que sobrecarreguem de maiores direitos os generos estrangeiros da espécie d'aquelles que são fabricados no paiz...”

Neste aspecto, o presidente da província vai de encontro à opinião dos proprietários rurais que, como veremos, achavam ser a lavoura a inclinação natural do país, o qual deveria nela se especializar, exatamente dentro dos moldes propostos pelo neo-colonialismo em termos de divisão internacional do trabalho. Aliás, não só este presidente, mas outros dirigentes provinciais tinham concepções análogas (42).

(40). — AEBa, PP, CGI, vol. 680, fol. 4v-5.

(41). — Ofício ao Ministério do Império em 6/4/1835. AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 33v-35.

(42). — Por exemplo, o Visconde do Rio Vermelho demonstra sua cautela em relação ao investimento estrangeiro, em ofício para o Ministro do Império: discorda ele da concessão do monopólio da navegação a vapor entre a Bahia e Sergipe, monopólio pleiteado por um estrangeiro: “... me parece bastante espinhosa a concessão de que se trata, não só porque será introduzido assim um estrangeiro no comércio de cabotagem que sempre lhe foi vedado, como pela razão de que a mesma concessão affectará a nossa pequena navegação nacional, única escola que temos da onde assim mesmo se tira não pequena parte da maruja Brasileira...” AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 110-110v. Em ofício para o Ministério da Fazenda (1/8/1837), o Presidente Francisco de Souza Paraízo dá inteiro apóio a um pedido de isenção fiscal alfandegária feito por um nacional, proprietário de uma fábrica de sabão, argumentando que o fabricante merecia “toda proteção do Governo, até para poder lutar com a *oposição*, que lhe faz o Estrangeiro”. AEBa, PP, CGI, vol. 683, fol. 244v. Grifo nosso.

Parece que, neste momento em que o Brasil começava a ser pensado em termos nacionais, diversas tendências econômicas se alojaram nas mentes das elites e, em certas ocasiões, colocando um nítido limite entre os interesses dos proprietários rurais e os interesses do incipiente grupo comercial urbano nativo, categorias sociais que em 1822-23 haviam se unido em torno da causa da descolonização portuguesa. Porém, a importância dessa contradição só pode ser estabelecida a partir de um maior aprofundamento sobre o tema.

Um outro fenômeno que nos parece fundamental para a compreensão dessa fase depressiva — e das expectativas dos proprietários rurais diante dos movimentos sociais — é o problema da descapitalização da economia baiana pela evasão de capitais portugueses. Tal fenômeno, como se sabe, resultou da fuga de negociantes portugueses da Bahia, por ocasião das lutas de independência e durante todo esse período de agitações sociais banhadas de anti-lusitanismo.

A grande lavoura vivia endividada com os capitalistas da ex-metrópole. Em 1823 Sierra y Mariscal em suas *Ideas geraes sobre a Revolução no Brasil e suas consequencias* afirmava que

“o comércio da praça da Bahia estava todo ele também nas mãos dos Portugueses europeus”.

E acrescentava os mecanismos dessa hegemonia:

“Este comércio comprava aos estrangeiros suas mercadorias e fazia vir de Inglaterra as Máquinas e utensílios para as serventias dos Engenhos, mas quase tudo era fiado” (43).

Esse depoimento indica o grau de dependência do produtor baiano em relação aos capitalistas portugueses. Estes, são os mesmos que em 1822-23 se conservariam em Salvador, resistindo à independência dirigida do Recôncavo pelos endividados senhores rurais. Enquanto todo o Recôncavo e quase toda a Bahia já reconheceria D. Pedro I como Imperador Perpétuo e Defensor do Brasil,

“a Classe Mercantil (era) aquella porção de homens que se opunham e ainda se opoem ao reconhecimento da Regencia de Sua Alteza Real” (44).

(43). — Citado por Carlos Guilherme Mota, *op. cit.*, nota 116 da p. 46.

(44). — “Ata da sessão de 21/8/1822 da Câmara de Cachocira”, apud Braz do Amaral, *op. cit.*, p. 228.

No mesmo sentido escreveria o Barão Albert Roussin, comandante da esquadra naval francesa que circulava pelas costas do Brasil na época:

“O Brigadeiro Madeira (45) e sua tropa estão em oposição permanente, com tudo o que os circunda, *exceto a população portuguesa propriamente dita que aqui (em Salvador) reside negociando, e cujo interesse é conservar ligação com Lisboa*” (46).

Tendo vencido o enfrentamento militar, tendo conseguido consolidar na Bahia a descolonização política em relação a Portugal, os senhores do Recôncavo se viram sem capitais para suas lavouras e sem agentes comerciais para seus produtos. Assim, a independência política, adquirida pela luta armada, retroage em função de uma dependência econômica que não fora eliminada e que na primeira oportunidade viria à tona. Essa dependência se manifesta tão logo os vencedores se instalam em Salvador e reiniciam seus negócios: as palavras de Mariscal datam de 10 de novembro de 1823. Em março de vinte e quatro, o arguto consul francês na Bahia, Jacques Guinebaud, mostra a situação e o embaraço da agricultura de exportação resultantes do clima lusófono que existia na Bahia logo após a guerra; o consul reafirma e enriquece as informações de Mariscal:

“Os Brasileiros são os produtores do interior, mas seus esforços eram, até agora, sustentados pelos capitalistas portugueses estabelecidos na Bahia os quais, em certas épocas regulares do ano, mandavam fazer as compras ou receber em mercadorias o montante de seus adiantamentos precedentes.

Perseguidos os portugueses agora, e obrigados a fugir ou a se esconder, fizeram desaparecer os seus capitais, e os agricultores ressentem-se vivamente da perda destes úteis intermediários. A agricultura definha, as mercadorias estão na Província e na Cidade, a preço muito baxo e os povos sofrem muito” (47).

Reconhecendo e aceitando a dependência, não era interessante para os proprietários rurais que as manifestações populares de feições

(45). — Madeira de Melo era o comandante das tropas portuguesas que, de Salvador, resistiram à Independência até 2 de julho de 1823.

(46). — Carta de Roussin para o Ministro da Marinha francesa em 21/6/1822, apud Kátia Mattoso, “Albert Roussin: Testemunha das Lutas pela Independência na Bahia (1822)”, in AAEBa, vol. 41, 1973, p. 127. Grifo nosso.

(47). — Carta do Consul Guinebaud para o Ministério da Marinha francesa em 6/3/1824, apud Mattoso, “O Consulado Francês na Bahia em 1824”, in AAEBa, vol. 39, 1970, p. 181.

anti-lusas aumentasse ainda mais o êxodo de seus financiadores. Assim, diante da ira popular, comerciantes portugueses e proprietários baianos se “irmanam”, como bem o percebeu Guinebaud por ocasião da revolta do batalhão dos “Periquitos”:

O perigo geral em que se acharam os proprietários e negociantes *brancos* aproximou os Brasileiros dos Portugueses. A perseguição contribuiu para torna-los irmãos” (48).

Mas, por que não apelar para novas fontes de financiamento? Por que não apelar para os ingleses, por exemplo? Na verdade, essa possibilidade não deixou de entrar nas cogitações dos homens do poder na época. O presidente da província Francisco Vicente Vianna acreditava nessa possibilidade ao escrever o ofício do dia 2 de fevereiro de 1824 para o Ministro do Império; ele comenta sobre um comerciante português que pedira permissão para seu retorno à Bahia:

“...sobre capitais, que diz pretender trazer para o Brazil no seu regresso, cumpre ponderar, que o Imperio do Brazil não precisa do mesquinho numerário dos Portugueses, aos quais são muito necessárias espécies circulantes para cultura das suas terras, para circulação de seu comercio externo, visto ser muito diminuta a soma dos artigos da sua produção, quando pelo contrário no Brazil gira maior quantidade de moedas, e em breve tempo atrahirá as especies metallicas regurgitantes na Inglaterra, e outros Paizes dinheirosos, porque possuem generos de grande valor para permuta, como escrevem muitos Economistas versados na sciencia da riqueza das Nações” (49).

No contexto da elite baiana, o espírito inovador do presidente Vianna é incontestável, embora também o seja a falta de qualquer proposição definitivamente libertadora dos entraves da economia colonial herdada; seu confuso monetarismo propõe simplesmente a mudança dos jogadores, mantendo-se as regras do jogo. Mas, enfim, são palavras de um proprietário rural, ao passo em que a maioria dos elementos pertencentes a esta categoria social não cogitava nem mesmo esse tipo de mudança. Os proprietários em geral, não viam nos ingleses substitutos convenientes dos comerciantes lusos. Isto porque, acreditamos, os primeiros mantinham interesses íntimos com a comercialização do açúcar antilhano ao mesmo tempo em que pugnavam pela extinção do tráfico de escravos e desejavam a própria abolição da escrava-

(48). — Carta de Guinebaud ao Ministério da Marinha Francesa em 5/12/1824. *Idem*, p. 214. Grifo nosso.

(49). — Citado por Mattoso, “O Consulado...” p. 181.

tura, do que decorreria um aumento de mercado para seus manufaturados. Neste nível, parece, estava montada a principal contradição entre o proprietário rural baiano e o comércio inglês.

Todas essas questões, vindas à tona logo após a guerra de independência, ainda persistem em 1831 por ocasião do recrudescimento das agitações sociais anti-lusitanas em todo o Brasil e que terminam por pressionar o Imperador a abdicar o trono em favor de seu filho. Agora também, o temor da “revolução” leva mais uma vez proprietários brasileiros e portugueses a se “irmanarem”.

No meio da agitação que envolve toda a Bahia, de norte a sul, do litoral ao Vale do São Francisco, os proprietários do Recôncavo trazem a público sua posição diante do conflito, numa Representação — espécie de manifesto — feita ao Presidente da Província, representação encabeçada pelas assinaturas de membros das mais importantes famílias da elite baiana da época — os Calmon, os Souza Bahiana, os Moreira de Pinho, os Sá, os Costa Pinto, os Castros Lima, os Moniz Barreto, os Borges de Barros, etc. . Embora esta Representação seja digna de uma cuidadosa dissecação pela riqueza de seu conteúdo, nos prenderemos apenas aos aspectos que se referem ao seu ponto de vista central: a sua posição decididamente pró-lusa. A dependência dos proprietários rurais em relação aos comerciantes portugueses é aqui reafirmada e mesmo argumentada em nome da “natural” inclinação do brasileiro para a “nobreza da agricultura”:

A Agricultura sofre, e desfalece quando não tem Capitaes para sustentar e refazer a sua fabrica; estes são indispensaveis em toda a parte, e muito mais no Brazil, cuja riqueza hé sempre dependente dos productos de sua lavoura, e esta tambem depende de avanços dos capitalistas, que para pobreza, e vergonha da Nação vão ser agora deportados...

O Commercio perseguido, e atacado sem segurança alguma, fugitivo, levando consigo muitos mil contos de reis em valores reais (...) deixa esta Província vazia de Capitaes, e de concorrentes no mercado, onde nossos generos descerão do nivel de seu custo; mesmo nessa minguada produção que possa depois obter-se, e não havendo productos do Paiz, já pela falta de capitaes, já pela baixa de preços, que desanimão aos seus produtores, como poderá prosperar a Pátria, e a Nação

E acrescenta mais adiante:

“... os Zrazileiros natos são mais propensos á nobreza da Agricultura; e a experiencia *fatalmente* tem mostrado, que muito poucos aproveitam no Commercio...” (50).

Embora o texto seja relevante por si próprio, talvez fosse interessante levantar algumas questões não abordadas explicitamente pelos signatários dessa Representação, mas que fazem parte da problemática por eles levantada. No que diz respeito à cautela em relação a uma possível hegemonia britânica, uma questão parece merecer destaque: a comercialização das mercadorias. Temiam os propretários rurais a monopolização do mercado pelos concorrentes mais fortes dos portugueses: os comerciantes ingleses. Tal monopólio, tudo indica, era pernicioso não apenas pela razão claramente explícita nos termos do documento — ou seja, o monopólio como fator de baixa dos preços dos produtos — mas pelo fato que, de posse deste monopólio, os ingleses teriam muito maior poder de barganha para exigir desses proprietários a extinção do tráfico e mesmo a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Assim, a expansão dos interesses ingleses colocava em perigo boa parte da propriedade dos senhores rurais — a sua escravaria — e a própria capacidade destes de renovar sua mão-de-obra. Enfim, seria incômodo para eles terem como parceiros comerciais exclusivos, os súditos de uma potência que punha todos os seus esforços a serviço da proibição do tráfico de escravos africanos. Por outro lado — e ainda no contexto dessa questão —, o êxodo dos portugueses seria o êxodo de fiéis fornecedores de mão-de-obra escrava. O comércio de escravos, ao ser proibido aos súditos da Coroa Inglesa — por sinal, os maiores traficantes de carne humana durante quase todo o período colonial —, a partir da primeira metade do século dezanove foi ficando nas mãos dos portugueses. As queixas do consul inglês na Bahia a respeito desse comércio — tornado clandestino no Brasil pelos tratados de 1827 e 1831 — atestam não só a intensidade deste contrabando no litoral baiano, como também a bandeira sob a qual tal comércio se fazia na maioria das vezes: a bandeira de Portugal (51). Estas questões, evidentemente, não poderiam ser

(50). — Representação dos proprietários do Recôncavo em 18/5/1831. AEBa, PP, Judiciário, *Levante de 1831. Abdicação do Imperador*, maço 2867. Esta mesma representação está publicada em ACCIOLI, *op. cit.*, pp. 274-276, contudo não traz as assinaturas dos representantes, daí o enorme valor do documento original. Grifo nosso.

(51). — Sobre embarcações portuguesas traficantes de escravo: Ofício do presidente ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros em 4/12/1830, AEBa, PP, CGI, vol. 678, fol. 124-125; *idem* em 20/2/1832, vol. 680, fol. 70-70v; *idem* em 23/6/1834, vol. 681, fol. 100v; Ofício para o Ministro do Império em 19/4/1839, vol. 684, fol. 174-174v. Estes são apenas alguns dos inúmeros casos existentes por toda correspondência para a Corte.

ditas claramente num manifesto público, uma vez que a proibição do tráfico tornava tal tema indiscreto num texto daquela natureza.

Por outro lado, no nível do poder político, parece que todos esses evidentes interesses que vinculavam a elite rural baiana aos grandes comerciantes portugueses, não eliminavam contradições que aquela camada — ou pelo menos significativos setores dela — tinha com relação ao poder central, comandado até 31 por um monarca português que pretendia “recolonizar” o Brasil. Na verdade, é curioso que esses proprietários tenham se declarado tão veementemente pró-lusos, sem nenhuma restrição, enquanto ao nível nacional seus prováveis representantes lutavam pela restrição do poder em mãos do monarca “recolonizador”. É curioso porque foi forte a tendência nestes movimentos sociais de se reivindicar a expulsão apenas dos lusófilos e dos *portugueses pobres*, deixando aos ricos a liberdade de escolher ficar, ou partir. Por que não aderir a essa tendência? Talvez a explicação esteja no fato de que a maioria dos lusófilos eram, exatamente, os mais ricos ou que estes seriam, cedo ou tarde, atingidos se fosse permitida a “perseguição”; depois temiam que esta “perseguição” fosse mais além, que se estendesse a todo proprietário. Assim, o “partido recolonizador” deveria ser mantido como uma imagem distante, inerente ao absolutismo do Imperador, contra o qual se levaria a cabo sutil oposição política, na medida em que o centralismo do Sul era prejudicial aos interesses locais da província. Neste nível apenas, se manifestava o anti-lusitanismo da elite. No nível econômico o *statu quo* deveria ser preservado e, se ameaçado, deveria ser defendido

“até com o sacrifício de nossas vidas e de nossos Filhos” (52).

Eis porque 1831 fora o ano de satisfação política dessa camada rural: aquilo de que ela não queria abrir mão — a direção administrativa, os cargos de poder político — aparece, em sua perspectiva, fora de perigo com o 7 de Abril. Uma vez abdicado o trono, acha ela que estavam esgotadas as suas pretensões “descolonizadoras” e seu temor vem do fato de que as camadas populares pretendiam aprofundar o enfrentamento, interiorizar a batalha, colocando no campo de luta não mais a antítese brasileiros-portugueses, mas pobres contra ricos, fossem portugueses ou nacionais. Este seria o quadro que a elite baiana vira ser formado em sua frente. Até que ponto essa radicalização foi consciente — ou se foi de todo ou parcialmente espontânea — é o que tentaremos discutir a seguir.

* * *

(52). — “Representação...”

TEMOR E TREMOR: AÇÕES E REAÇÕES.

"... a classe baixa do Povo a qual os niveladores do tempo não cessão de pregar a igualdade..." Presidente Visconde de Camamú (24 de dezembro de 1828).

Se à "classe menos abastada de pão" referida pelos Juizes de Paz, Presidentes de Província, Vereadores, juntarmos as referências feitas à "canalha", à "ínfima plebe", à "populaça", designando os participantes dos distúrbios daquela época, se assim fizermos, teremos a composição social aproximada desses distúrbios. A isso devemos acrescentar que os movimentos de quartéis não fogem à regra, haja visto que o recrutamento militar era realizado entre as camadas mais pobres da população e que esses movimentos, longe de serem do tipo "golpista" — isto é, vindos da oficialidade —, se caracterizavam por partir das baixas patentes, dos soldados.

Não há dúvidas de que boa parte dos movimentos sociais desse período — talvez os maiores principalmente — tiveram a direção de políticos "liberais" dissidentes que acreditavam na Federação e/ou República como sendo as organizações ideais sobre as quais se deveria assentar o Estado Brasileiro. Inúmeras vezes as insatisfações populares foram canalizadas através dessas direções obscuras para as massas. Por outro lado, a crescente radicalização das ações ds massas impregnou muitos desses movimentos de liberais com traços marcadamente populares.

Contudo, parece que uma grande dose de espontaneísmo caracterizou a maioria desses movimentos e por isso eles não duravam senão o momento da explosão. Esse espontaneísmo nos inclina a caracterizar tais movimentos como de "turba urbana", descrita por Hobsbawn (53), se à essa descrição acrescentarmos as peculiaridades inerentes à uma sociedade baseada no trabalho escravo do Negro, o que imprime elementos raciais particulares a esses movimentos.

(53). — Eric Hobsbawn assim descreve a "turba urbana": "... A turba pode ser definida como um movimento de todas as classes do homem pobre urbano para a obtenção de transformações econômicas ou políticas pela ação direta — isto é, através de tumultos e rebeliões — mas que não se inspirava em nenhuma ideologia específica ou que, se de todo não consegue não consegue encontrar expressão para as próprias aspirações, manifesta-se em termos de tradicionalismo e conservadorismo..."; *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, p. 139. Em outra parte afirma ainda o autor: "... A única coisa quase certa em relação à ela (a turba) é que sempre dirigiu suas atividades contra os ricos, mesmo quando visando a outras pessoas como os estrangeiros..." *Idem*, p. 18.

O espontaneísmo das irrupções sociais desse período, se traduz nas dificuldades que os rebeldes frequentemente encontram em exprimir qual seria exatamente o conteúdo de suas reivindicações. Afinal, contra o que lutavam? Que realidades pretendiam reformar e qual a profundidade desta reforma? Quais as soluções propostas? Os métodos de mudança? São perguntas que dificilmente recebem respostas a partir do corpo de proposições levantadas pelos insurgentes. Nenhum programa a ser cumprido a longo prazo parece ter sido traçado, com exceção das revoltas federalistas de São Felix, da Fortaleza do Mar e da Sabinada. E, mesmo nestas, a tendência dominante se restringia a reivindicar a mera reforma do *statu quo* provincial, nunca a mudança de estruturas, embora, em certos momentos os dissidentes, em busca de um apóio mais substantivo, tivessem ameaçado sublevar a escravaria prometendo-lhe liberdade. Isto acontece tanto em abril de 1831, como durante os últimos instantes da Revolta de São Felix quando, vendo-se praticamente derrotados, os insurretos ameaçam levantar os escravos dos engenhos do Recôncavo (54). Porém, era a imprecisão ideológica que dominava os rebeldes — o que não é de se estranhar em se tratando de “rebeldes primitivos” — como o percebeu Guinebaud ao comentar:

“As cidades conservam a vida por meio de discursos que pregam a Independência e o ódio a Portugal. Esses oradores dividem-se em Imperiais e Republicanos, mas as idéias são tão pouco precisas e os interesses tão pouco gerais que o menor acontecimento, ou o primeiro chefe mais forte, levam tudo de roldão” (55).

Quase todos os dissidentes estavam de acordo apenas no que dizia respeito à lusofobia. Esta, como que mascarava essa confusão de objetivos, surgindo no interior de todos os movimentos, variando de um para o outro apenas em intensidade.

Talvez uma das manifestações mais representativas do imediatismo dos movimentos seja a multiplicação da agressividade individual. Como corolário natural dos períodos depressivos, o desemprego em massa, a carestia, a fome, levaram ao crescimento dos salteadores de estrada e dos bandidos urbanos. O desrespeito à propriedade privada

(54). — Ver para a pretensão de levante da escravaria em 1831 os Autos do Processo do Barão de Itaparica, AEBa, PP, Judiciário, maço 2856. Para a pretensão de levante dos escravos em 1832, ver ofício do presidente Barros Paim para o Ministério do Império em 28/2/1832, AEBa, PP, CGI, vol. 680, fol. 50v.

(55). — Carta de Guinebaud para o Ministério da Marinha Francesa, em 6/3/1824, apud Mattoso “O Consulado...”, p. 182. Grifo nosso...

se generalizara a tal ponto que, a cada boato sobre uma próxima quebra da ordem, as famílias ricas se retiravam para o Recôncavo ou se refugiavam em embarcações surtas no porto. A opção individual do roubo, tornava-se coletiva na medida em que se difundia, passando a fazer parte do cotidiano da cidade e seus arredores. E, cada vez que um movimento estourava, vinha em seu rastro uma torrente de assaltos, arrombamentos, roubos, assassinatos. Este estado de coisas domina boa parte do relato que Guinabaud fez da revolta dos “Periquitos”; enquanto a cidade esteve praticamente nas mãos dos soldados rebeldes, o cair da noite e mesmo o pleno sol do meio dia testemunhavam a ameaça sobre o estatuto da propriedade. Assim, escrevia o consul francês em 1º de junho de 1824:

“Os roubos recomeçaram com mais audácia do que nunca. Um inglês e um Francês foram roubados de seus dinheiros e de seus relógios no dia de ontem, em plena rua e lá para o meio dia” (56).

Em 27 de outubro do mesmo ano:

“... as lojas e botequins estão fechados. Bandidos percorrem as ruas matando e roubando. Uma parte da população está no ancoradouro a bordo de navios ou passa para o interior...” (57).

E um mês depois escrevia ele:

“É quase inútil acrescentar que a mais completa anarquia reina na cidade. Roubos e assassinatos têm lugar todos os dias sem que ninguém disto se preocupe. Qualquer comércio foi suspenso e as lojas não são abertas senão para serem precipitadamente fechadas no primeiro boato” (58).

Mas, não era verdade que ninguém se preocupava. A preocupação pela quebra do respeito pela propriedade fica clara também na correspondência do presidente Vianna, em ofício de 24 de novembro de 1824 dirigido ao Ministro do Império; relatando sua decisão de permanecer na cidade, não se retirando para o Recôncavo ou se instalando a bordo de algum navio ancorado no porto, o presidente afirma:

“... não tenho resolvido por ora abraçar qualquer dos indicados arbitrários, para que não ficassem doze mil famílias residen-

(57). — *Idem*, p. 201.

(56). — Carta para o Ministério da Marinha Francesa, *idem*, p. 194.

(58). — Carta para o Ministério da Marinha Francesa 24/11/1824, *idem*, p. 206.

tes nata Capital expostos aos furores anárquicos de uma tropa sedicioza, e em gravíssimo perigo todas as fortunas públicas, e particulares...” (59).

Tambem nas beiras de estradas, no interior da província, nos caminhos que ligam a cidade ao Recôncavo, tambem aí se amontoavam os “desocupados”, à cata de alguma vítima endinheirada. Tais assaltantes de beira de estrada vinham tanto do interior como da capital. Parece que, durante toda esta fase instavel esses elementos encheram o cenário social com suas presenças; em 24 de março de 1824, escrevia Guinebaud:

“Bandos de desertores de profissão percorrem as habitações isoladas espoliando-as. Várias pequenas cidades armaram-se contra esses malfeitores mas estes escapam facilmente às buscas, escondendo-se nas florestas” (60):

Em 1828, o Visconde de Camamú organizaria uma força de 700 homens armados, a serem distribuido pelo Recôncavo para sufocar revoltas escravas e alem disso

“exercer uma boa polícia, expurgando as estradas de ladrões e malfeitores, fazendo assim conhecer aos Proprietários, e moradores, que o Governo cuida da sua segurança...” (61).

O saque era uma promessa dada às massas pelas tendências aparentemente mais radicais desses movimentos. O espólio da luta deveria ser uma visão agradável aos olhos de gente tão espoliada por senhores, atravessadores, negociantes, espoliação intensificada pela crise do tempo. No movimento dos “Periquitos”, por exemplo, a divisão que opõe o Capitão Francisco Macário Leopoldo ao Major José Antônio da Silva Castro, demonstra o radicalismo do primeiro que promete, em nome da República,

“dar em recompensa a seus soldados o saque dos mercadores portugueses” (62).

Tambem em abril de 1831, o saque por três dias da cidade teria sido prometido em pasquins sediciosos, juntamente com outras promessas de ordem econômica e social, como o soldo de 320 réis diários

(59). — Citado por MATTOSO, “O Consulado...”, p. 214.

(60). — Carta para o Ministério da Marinha Francesa, *idem*, p. 182.

(61). — Carta de Camamú ao Ministro do Império em 17/12/1828. AEBa, PP, CGI, Vol. 678, fol. 33.

(62). — Carta de Guinebaud ao Ministério da Marinha Francesa em 28/11/1824, apud MATTOSO, “O Consulado...”, p. 210.

para os soldados e a liberdade para os escravos(63). Diversas vezes o expediente do saque passou do nível das promessas para o nível da realidade, como nos informa Guinebaud em relação à rebelião de 1824. Também durante os distúrbios anti-lusos de abril-maio de 1831, tanto se matou portugueses como se saqueou seus bens. Daí que, ao primeiro boato sobre qualquer manifestação de rua, o comércio fechava suas portas e, como num círculo vicioso, irritava ainda mais aquela “classe menos abastada”, pois o fechamento das lojas, tabernas e armazens escasseava os gêneros de primeira necessidade o que facilitava a especulação nos preços.

Mas, os objetivos desses movimentos se tornavam mais claros, como resultado do desenvolvimento da própria crise. Além das dificuldades na área do consumo, os empregados do setor público sofriam com a falta de numerário na província para aumentar os salários ou mesmo pagar aqueles que deviam. Daí a exigência de receber vencimentos atrasados ter feito parte do conteúdo dessas revoltas, como é o caso referido pelo Presidente Paim em ofício de 27 de agosto de 1831:

“... he certo porem que a falta de subordinação da Tropa tem dado motivos para se desconfiar da manutenção da ordem (...) exigindo os soldados do Batalhão 14, e hoje n.º 9 o pagamento dos vencimentos atrazados...” (64).

Durante os meses que antecederam a Sabinada, em 1837, é interessante notar que as reivindicações em torno de aumento salarial se generalizaram e ganharam dois novos aspectos: primeiro, a pressão agora partia de grupos de profissão, isto é, reivindicava-se maiores salários para toda uma coletividade, ao passo que a norma até então era a dos pedidos individuais; segundo, reivindicava-se que os salários provinciais fossem equiparados aos salários vigentes na Corte. Este último aspecto indica, talvez, o *sentido* que ia adquirindo o federalismo para as camadas populares. Sendo a Corte um centro de decisões privilegiado — inclusive com seus operários estatais mais bem remunerados — reivindicava-se do Governo Imperial a abolição dos privilégios sulistas; não recebendo resposta positiva, é fácil se concluir que a Sabinada tenha encontrado entre esses artifícios empregados no setor público um bom número de adeptos. A outra característica dessas reivindicações é que elas passam a ser feitas coletivamente e não mais através de representações individuais. Essa metamorfose parece ser fundamental, na me-

(63). — Ver Autos do Processo do Barão de Itaparica, fol. 50 por exemplo.

(64). — Carta ao Ministro do Império. AEBa, PP, CGI, vol. 680, fol. 13v.

dida em que indica um maior grau de coesão interna entre esses setores populares; tratava-se agora de buscar a solução de problemas coletivos, agindo coletivamente. 1837 parece ter sido o ano dessa metamorfose. Em julho desse ano o Presidente Souza Paraizo oficiava ao Ministro da Marinha:

... os carpinteiros do Arsenal da Marinha d'esta Cidade requererão á este Governo lhes augmentasse os seus jornaes a 1\$400 reis, allegando, que assim são pagos os de 1ª classe nesta Corte... (65).

A 12 de agosto, não apenas os carpinteiros, mas todos os empregados civis do Arsenal da Marinha requeriam que seus salários fossem elevados ao nível dos da Corte (66). Os guardas da alfândega de Salvador, também eles, em agosto de 37, reivindicavam aumento de soldo

"ou então húa gratificação equivalente ao pesado serviço em que laboram, attenta a carestia dos generos de 1ª necessidade" (67).

Enfim, em setembro, seria a vez dos apontadores do arsenal naval reforçarem a pressão geral para a nivelção salarial em relação à Corte (68).

Temos assim, no ambiente do trabalho assalariado, a inquietação diante do predomínio dos privilégios no Sul. Como que num crescendo, essas manifestações se verificaram apenas poucos meses antes do rompimento da Sabinada e, talvez seja sintomático que numa relação de 41 praças rebeldes prisioneiros, enviados à Corte após a vitória legalista, 34 eram homens de ofício e ... de cor.

A cor, a dimensão racial desses movimentos sociais, não pode fugir à nossa percepção. Ela se impõe a qualquer análise que se tente fazer sobre o assunto. E não podia ser de outra forma num ambiente em que a massa da população era constituída de gente de cor (índios, mestiços e principalmente negros), gente livre, forra e escrava. Balbi calculou, para 1824, em cerca de 78 por cento a população de cor da Bahia (69).

(65). — Carta datada de 20/7/1837. AEBa, PP, CGI, vol. 683, fol. 242.

(66). — Carta ao Ministro da Marinha em 12/8/1837. *Idem*, fol. 249v.

(67). — Carta ao Ministro da Fazenda em 5/8/1837. *Idem*, fol. 250.

(68). — Carta ao Ministro da Marinha em 5/9/1837. *Idem*, fol. 263v-264.

(69). — Ver Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade do Salvador*, Salvador, Editora Itapuã, 1969, nota 1 da p. 232.

Toda essa população de cor teria de contar, de uma forma ou de outra, nos planos políticos, quer dos rebeldes, quer dos ajustados à sociedade. E realmente constaram de diversas maneiras, desde a luta de independência até a Sabinada, e mesmo antes e depois desses dois movimentos. Os homens de cor foram usados como “tropas de choque” por diversas lideranças, embora eles também tivessem levado a cabo movimentos próprios, numa direção diferente da planejada pela elite “branca” ou pelos políticos “brancos” insatisfeitos.

Da perspectiva da elite, o temor de uma avalanche negra sobre sua cabeça, foi um espectro que prevaleceu por todo esse período. O componente racial dos movimentos sociais e seu reflexo na mente da elite — que *se acreditava* branca — é, talvez, a maior fonte para a caracterização da natureza dos movimentos e da expectativa temerosa que eles causavam aos grupos dominantes e aos defensores da Ordem. Por exemplo, durante o primeiro movimento importante desses anos, a Revolta dos “Periquitos”, o fator racial foi colocado por Guinebaud como marco divisório entre os adversários; toda a correspondência daquele consul referente a esta rebelião, transpira a preocupação em demonstrar o peso das diferenças raciais. Observa Guinebaud que, a sedição do batalhão dos pardos nada mais era do que uma manifestação da oposição negro-branco:

“Minha última de 27 de outubro informava a Vossa excelência do assassinato cometido na pessoa do general de armas da Província por soldados de um batalhão de negros e mulatos chamado Periquitos.

Tendo este acontecimento semeado a divisão entre as tropas da guarnição, dois batalhões de tropas brancas e algumas companhias de um terceiro, haviam repentinamente deixado a cidade”... (70).

De um lado tropas de cor e do outro tropas brancas. Esta imagem de Guinebaud, seria a realização da previsão de seu patrício, o Barão de Roussin. Em correspondência para o Ministro da Marinha francesa, Roussin previu na Bahia o conflito racial. Em sua análise sobre a situação, ele incluiu, entre os “partidos” que lutavam pela independência, o “partido negro”, o qual, segundo ele, seria o mais perigoso e forte por causa do seu número. O comandante francês propunha a estratificação da sociedade brasileira na época, levando em consideração, principalmente, as premissas raciais; neste sentido seriam quatro as “classes principais”: os brancos, os mulatos e negros livres, os mulatos e negros escravos e os índios. Assim, o critério da cor, ao la-

(70). — Carta para o Ministério da Marinha Francesa em 24/11/1824, apud MATTOSO, “O Consulado...”, p. 204.

do do estatuto social de escravidão-liberdade — que em última análise envolve também o fenômeno racial — são os fatores que determinam essa estratificação proposta por Roussin, embora ele tenha visto divisões entre os brancos, mas *apenas no nível colonizador-colonizado*, isto é, portugueses e brasileiros brancos em oposição. Constatada essa oposição, ele aconselhava que os brancos, embora

“separados pelos interesses e planos do futuro, deveriam pelo menos unir-se contra a gente de cor exatamente o que não fazem: pelo contrário, foram vistos procurar mutuamente a assistência destes perigosos aliados” (71).

Esta mesma idéia está contida num documento anônimo, escrito por um francês entre 1823 e 1825, o qual se refere, de um modo geral ao anti-lusitanismo que grassava durante estes anos que se seguiram à Independência:

“... deve-se demonstrar-lhes (aos brancos brasileiros) as desgraças a que certamente se expõem as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos, existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido.

Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte...” (72).

No mesmo compasso reacionário já afirmara Roussin em junho de 1822:

“É já certo que não somente os brasileiros livres e crioulos desejam a independência política, mas mesmo os escravos, nasci-

(71). — Carta de Roussin para o Ministério da Marinha Francesa em 21/6/1822, apud MATTOSO, “Albert Roussin...”, p. 131.

(72). — Apud Luis Mott, “Um documento Inédito para a História da Independência”, in 1822: *Dimensões*, p. 482.

dos no país, ou importados a vinte anos, pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade...” (73).

O “partido negro” é um aspecto da descolonização portuguesa totalmente posto de lado pela historiografia tradicional, mas que esteve presente em cada um desses momentos difíceis da descolonização.

Os negros, tendo sido armados durante a guerra de independência, tornaram-se cada vez mais “indóceis”; assim, desarma-los passou a ser a tarefa dos zeladores do sistema. Desarma-los, ou envia-los para zonas “quentes”, onde havia luta armada, como no Rio Grande do Sul da Farrroupilha, por exemplo. Ou Pernambuco em vinte e quatro. Essa parece ser a lógica que explica a dissolução do batalhão dos “Periquitos”. Essa é parte da lógica contida nas palavras de Guinebaud:

“É de se supor que o Imperador abrirá enfim os olhos sobre o extremo perigo de admitir Negros em suas tropas. A casta negra, liberta ou crioula, é sempre mais ou menos objeto de desprezo dos Brancos. A situação social lhes inspira então o horror de seus senhores, e os coloca em oposição ao seu sistema de civilização. Os pretos tornam-se assim os auxiliares de todos os partidos que tendem a arruinar o Estado. Não podem senão ganhar nas inovações...” (74).

Um grupo social cujo estudo nos parece fundamental para a compreensão do racial nestes movimentos é o grupo constituído pelos alforriados, a “casta liberta” referida pelo consul francês. Embora não se saiba o número exato dos libertos e sua porcentagem em relação às demais camadas da população, a tendência de seu aumento fica constatada a partir da contagem das cartas de alforria passadas durante essa primeira metade do século XIX; o seu número cresce sobretudo na fase de maior depressão. É interessante notar, por exemplo, que a concessão de alforrias se concentram em torno de 1835, ano da grande revolta dos Malês (75). A pressão social que estes libertos exerciam transparece por toda a documentação relativa à insurreição de trinta e cinco (76). O papel dos escravos alforriados nas sublevações negras foi fundamental, na medida em que, tendo eles direitos à livre circulação, eram quem faziam os contatos entre os rebeldes; tendo direito a

(73). — Carta para o Ministério da Marinha Francesa em 21/6/1822, apud MATTOSO, “Albert Roussin...”, p. 129.

(74). — Carta de Guinebaud para o Ministério da Marinha Francesa em 5/12/1824, apud MATTOSO, “O Consulado...”, p. 213.

(75). — Se compararmos o biênio 1829-30 com o biênio 1835-36, encontraremos um aumento de 47,8% de cartas de alforria registradas. MATTOSO, “A Propósito de Cartas de Alforria p. 40.

(76). — Offício ao Ministro da Justiça. AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 11.

possuir casas eram eles quem escondiam os escravos fugidos de seus senhores; as reuniões para o planejamento dos movimentos, o depósito de armas, a “caixa” (dinheiro) da revolução, funcionavam, provavelmente, nas casas dos ex-escravos. Isso demonstra que, egressos da escravidão, os libertos mantinham os laços de solidariedade com seus companheiros que se conservavam cativos. Parte das funções dos libertos durante os movimentos se evidenciam no ofício de 14 de fevereiro de 35, escrito pelo Presidente Francisco de Souza Martins para o Ministério da Justiça:

“... os insurgidos entretinham comunicações e inteligências (com o Recôncavo), as quais não podiam ser convenientemente entretidas, senão pelos libertos, que podiam livremente dispor de seu tempo, e de suas ações para formar proseliticos, e partidarios dos seus desígnios” (77).

Dois anos depois, em 1837, a Sabinada incorporou os negros entre as suas melhores tropas, organizando o batalhão chamado “Leaes à Patria” (78). Como em outras situações críticas, os legalistas temeram que a visão da Sabinada como vantajosa para os negros incentivasse o levante da escravaria em geral, embora o governo legal se encontrasse senhor da situação no Recôncavo, região onde estava concentrado o maior número de escravos. Porém, não era gratuito esse temor, haja visto que, apenas dois anos antes, Salvador fora palco de uma rebelião de negros que, não obstante urbana, tentara articular-se com o campo. Temia a elite que um mal maior germinasse no interior da cidade sublevada e que à insurreição republicana separatista se seguisse o rompimento geral dos negros; à vista do exemplo de uma cidade aquilombada, poderiam os negros, empregados nos engenhos e fazendas do Recôncavo, subverter a ordem que os fazia, como escravos, peças fundamentais do poder dos senhores rurais. Nesse sentido, eis o que escreveu o Presidente Antônio Barreto Pedroso:

“... Elles (os rebeldes da Sabinada) tem augmentado sua força, e com especialidade o batalhão dos pretos, o que segundó informações que ontem tive da Capital tem dado bastante ousa-

(77). — As “Devassas do Levante de Escravos Ocorrido em Salvador em 1835” foram publicadas pelos AAEBa, vol. 38 (Salvador, 1968); e as “Peças Processuais do Levantes dos Malês” está no vol. 40 dos AAEBa (Salvador, 1971). Utilizamos extensamente a documentação da Presidência da Província, muito importante para o enfoque que queremos dar a essa parte do trabalho.

(78). — Luis Viana Filho, *A Sabinada*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1938, p. 154.

dia aos escravos d'ella a ponto de terem apparecido indicios de insurreição..." (79).

Em outro officio para o Ministro da Guerra, Pedroso afirma ter instalado muitos destacamentos militares

"em diversos pontos da Provincia, com era absolutamente indispensavel para evitar, que se ramificasse nella a revolta, para impedir a insurreição de escravos..." (80).

As tensões sócio-raciais dessa fase, parecem ter levado a elite a empunhar os conselhos de um Giunebaud, de um Roussin, ou do autor francês anônimo citado. Isto é, diante da generalização das inquietações das camadas pobres (brancas e de cor), os zeladores da ordem teriam imprimido um cunho racial em seus apelos relativos ao controle dos movimentos sociais. E aqui seria interessante questionar, até que ponto a caracterização racial do enfrentamento social não fora uma estratégia política usada para barrar o desenvolvimento da dissidência dos brancos pobres? Em outras palavras: o apelo ao temor generalizado dos brancos — ricos e pobres — sendo utilizado pela elite para acalmar a impaciência rebelde dos não proprietários brancos, como se anunciasse:

"— todos nós, como brancos, temos inimigos comuns que constituem essa enorme massa de negros da Província";

um anúncio hipotético em sua forma, mas cujo conteúdo fazia parte do real naquele ambiente que estudamos. Por exemplo, em torno de junho-julho de 1831, anunciava um documento anônimo dirigido ao presidente da província:

"... Eu Exmo Sr., tendo estado constantemente na Bahia, minha Patria e estando ao facto do que por aqui se tem passado, tendo sondado igualmente a indisposição e odio que quaze toda a gente de côr, de tempos a esta parte, tem votado aos Brasileiros de côr apurada ou brancos, peço licença a V. Ex^a para (...) lembrar-lhe que me parece conveniente em crise tão arriscada e em que pode perigar nossa existencia, que faça sobrestar o embarque do Batalhão 2 de 1^a Linha, tropa mui subordinada..." (81).

(79). — Officio para o Ministério do Império em 29/11/1837. AEBa, PP, CGI, 684, fol. 24v-25.

(80). — Em 11/1/1838. *Idem*, fol. 40.

(81). — AEBa, PP, Judiciário, *Sedições (1831-1832)*, maço 2661-1.

Observe-se que nesse texto a proposição dos polos em luta é clara: “brasileiros de cor apurada” contra a “gente de cor”, a qual votaria indisposição e ódio aos primeiros. E a gente de cor está aí referida de um modo geral, isto é, incluindo, ao que tudo indica, escravos, libertos e livres. Esta observação é importante, na medida em que é exatamente a atitude diante do liberto que nos possibilita chamar de “racial”, e racista, a tendência proposta à luta por pessoas ajustadas à sociedade. Pessoas que, de uma forma ou de outra, estavam ligadas à elite do poder e a ela tinham acesso, ou mesmo faziam parte dessa elite. Tendência racista porque, se a aliança fosse uma proposta para os “livres” em geral, ela incluiria também os libertos e a polarização se faria a partir do estatuto social — livres de um lado e escravos do outro — e não racial — brancos de um lado e pretos do outro. Índícios dessa última tendência estão implícitos em quase todos os movimentos sociais da época; em alguns momentos essa tendência se evidencia claramente, como no documento anônimo acima transcrito. Ela também vem à tona numa representação com diversas assinaturas, dirigida ao Presidente Interino Cezimbra por ocasião do planejado movimento de abril de 1831, o qual prometia liberdade aos escravos; nesse documento, os autores aconselhavam algumas medidas para a manutenção da ordem, entre as quais incluíam:

“Que a bordo das fragatas surtas neste Porto sejam recolhidos os Libertos, que forem vistos perturbar o publico socego, a fim de que se empreguem nos trabalhos maritimos, de cujos operarios tanto havemos mister; e os escravos igualmente compreendidos reclusos na cadeia, donde depois da necessaria correção reverterão ao poder de seus senhores” (82).

Essa representação nos parece significativa pois demonstra, primeiro, o fato de que alforriados e escravos rebeldes são arrolados juntos, sendo o destino dos escravos o retorno às mãos de seus senhores e o destino dos libertos o se transformarem virtualmente em escravos do Estado — pelo menos enquanto durasse a sanção; e segundo, é demonstrado que os alforriados, embora juridicamente livres como qualquer branco, deveriam ser tratados diferentemente de qualquer branco nas circunstâncias de “perturbar o público socego”. O documento não menciona sanções especiais relativas a possíveis brancos rebeldes. A estes, provavelmente, se aplicaria as transações legais de praxe. Assim, para cada cor uma lei.

Mas, são as reflexões feitas a partir da Revolta dos Malês pelos dirigentes que vão nos dar melhores subsídios a respeito da problemática racial naquela sociedade. As colocações dos presidentes da pro-

(82). — AEBa, PP, Judiciário, *Revolução de 1831. Abdicação*, maio 2867.

víncia — principalmente aquelas sugerindo o branqueamento da população através da imigração branca e da deportação de negros para a África — dão um duro golpe no mito da “democracia racial” que por aqui existiria já naquela época (83).

Acompanhemos as declarações dos presidentes. Logo após a vitória da Ordem diante da revolta negra, o Presidente Souza Martins escrevia que o

“pânico terror se tem apoderado da parte mais grada da população”,

nunca província onde

“a classe dos pretos superabunda imensamente a dos Brancos”.

Diante disso o presidente pede permissão à Corte para

“mandar deportar para fora do Imperio aquelles pretos Africanos libertos, que achando-se prezos por indícios e suspeitas de cúmplices na insurreição, não forem afinal sentenciado pelo Juri assim como todos aquelles que para o futuro se julgarem perigosos” (84).

Observe-se que, durante todo o enfrentamento anti-luso após a Independência, a deportação de portugueses nunca fora proposta pelos dirigentes, embora a deportação de portugueses *pobres* ou sua expulsão apenas da cidade de Salvador tenha sido exigida por diversos grupos (85). Para os negros, porém, a posição é clara: deportação de

(83). — Thales de Azevedo em “Povoamento...” afirma à p. 228 que a Bahia por volta de 1822-23 “já era uma democracia racial governada não exclusivamente pelos brancos, mas também ‘por aqueles que assim se consideram’”, alcançando a sua afirmativa com a citação de Spix e Martius. Que pessoas de ascendência de cor estivessem no poder não nos parece definitivo de nenhuma “democracia racial”; muito menos quando essas pessoas” se consideravam” brancas. O Prof. Thales de Azevedo nos informou que atualmente não mais defende essa tese, a qual ele discute em um livro a sair brevemente pela editora Vozes. A tese da democracia racial tem em Gilberto Freyre seu mais importante defensor; ver especialmente sua *Casa-Grande e Senzala*.

(84). — Souza Martins para o Ministério da Justiça em 14/2/1835. AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 10. Afirmar que o “pânico terror” se restringia à “parte mais grada da população”, parece ser indicativo de que as camadas mais humildes da população não teriam aceito o “apelo do medo” proposto pela elite.

(85). — Na verdade, a expulsão de portugueses pobres foi uma reivindicação que fez parte mesmo de movimentos mais radicais, como as revoltas federalistas de São Felix e do Forte do Mar (ver suas proclamações); também fez parte de tendências eminentemente conservadoras, como foram as posições defendidas pelo jornal “O Bahiano” (ver o nº 43 deste jornal, datado de 28/4/1831, o qual faz parte das peças processuais dos Autos do Processo do Barão de Itaparica).

todos os africanos libertos que constituíssem, supostamente, fonte de perigo para a ordem. E, por trás do preconceito racial vem à tona a intolerância cultural que o Brasil herdara de Portugal:

“... não sendo os Africanos libertos nascidos no Brasil, e possuindo húa lingoagem, costumes, e até religião diferente dos Brasileiros, e pelo ultimo acontecimento declarando-se tão inimigos da nossa existencia política; elles não podem jamais ser considerados Cidadãos Brasileiros, para gosar das garantias afiançadas pela Constituição, antes devendo-se reputar estrangeiros de Nações com quem o Brasil se não acha ligado, por algum tratado, podem sem injustiça serem expulsos quando suspeitos ou perigosos...” (86).

Toda essa ânsia em busca de uma justificativa para a expulsão dos negros africanos libertos, revela os conflitos raciais refletidos na mente do presidente, que os pensa em perspectiva própria. Afinal, não eram também de língua, costumes e religião diferentes os africanos escravos? Não seriam, então, também expulsáveis? Responder a essas perguntas significa, a nosso ver, constatar o fato de que no mundo dos brancos não havia lugar para imigrantes negros livres, esses “tão perigosos hóspedes”, para retomar as palavras de Souza Martins; não havia lugar apesar da extrema necessidade de mão-de-obra que o campo demandava. A deportação do elemento negro pretendia atingir, a nosso ver, dois pontos fundamentais: por um lado aliviava as tensões internas pela expulsão de membros de um grupo potencialmente explosivo; por outro — e intimamente ligado àquela estratégia política —, aliviava as tensões psíquicas da elite, atendendo seus anseios de branqueamento da população.

É nesse quadro de referências que se insere a preferência pela imigração de estrangeiros de cor branca. Os brancos — apesar de possuírem língua, costumes e religião diferentes dos brasileiros — eram bem vindos. Como foram bem vindos os irlandeses imigrados de que falava o Presidente Souza Paraizo, em 1837, quando reclamava

“atenção do Governo Imperial para hum objeto tão vital ao nosso Paiz, qual a importação de braços livres, tanto mais quando cada vez se torna maior o tropeço, que experimenta a Agricultura por falta de braços” (87).

(86). — Souza Martins para o Ministério da Justiça em 14/2/1835. AEBa, PP, CGI, vol. 682, fol. 10-10v.

(87). — Souza Paraizo para o Ministro do Império em 14/6/1837. AEBa, PP, CGI, vol. 683, fol. 203.

Parece clara a balança migratória proposta e, até certo ponto executada: expulsão do elemento de cor e absorção do elemento branco. Diante disso, constatamos que talvez Guinebaud tivesse toda razão ao afirmar que a

“casta negra, liberta ou crioula, é sempre mais ou menos objeto de desprezo dos Brancos”.

E isto fora dito dez anos antes da insurreição dos Malês.

* * *

CONCLUSÕES ?

Não, não se trata de conclusões. As notas que acabamos de apresentar são apenas indícios, simples pistas, que requerem uma retomada posterior para maior aprofundamento das questões levantadas. Esse aprofundamento é que nos vai proporcionar conclusões a respeito do tema. Algumas constatações primeiras foi o que nos possibilitou esse primeiro inquérito sobre uma assunto praticamente virgem de pesquisas que tenham buscado *analisar e compreender* o fenômeno em pauta.

Uma primeira constatação é que os movimentos sociais na Bahia, depois da Independência e até meados do século XIX, são manifestações que evidenciam as tensões internas existentes no momento da descolonização portuguesa. Essas tensões, por outro lado, se dimensionam em vários planos, desde a luta generalizada entre privilegiados e pobres até as explosões de base principalmente racial. Contudo, é praticamente impossível dividir rigorosamente as várias dimensões que tomam as tensões, na medida em que elas se entrelaçam umas com as outras e dão como resultado uma realidade decididamente hostil à esquematização. Quantos pobres, por exemplo, não se mantiveram o tempo todo legalistas? E quantos negros não se mantiveram passivos diante da rebelião de 1835, ou mesmo traíram seus irmãos de cor, como aquela escrava alforriada que primeiro delatou o movimento? Ora, a coesão absoluta, supomos, não existe em qualquer movimento de um grupo que se opõe a outro, ou outros grupos. Assim é que, tanto para a elite como para os segmentos populares de que tratamos, não pode ser estabelecido nenhum corpo de proposições definitivas, monolíticas, embora a supremacia de determinadas tendências, em certos momentos, seja inquestionável.

Outra constatação que achamos de importância é a que diz respeito a um novo enfoque da velha questão da “democracia racial” no

Brasil. Acreditamos que essa questão é ainda um assunto em aberto, na medida em que a sociedade multi-racial que aqui se formou tem inúmeras facetas que colocam em cheque muito do que já se escreveu sobre a pretendida harmonia nas relações raciais de nosso passado. E mesmo de nosso presente, pois acreditamos que o mito ainda persiste. Acreditamos também que a História tem um papel fundamental na desmitificação do nosso passado para que possamos construir o futuro livres de preconceitos.